



336

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**APELAÇÃO CRIMINAL** Nº 0033900-40.2011.8.17.0001 (0344056-6)**JUÍZO DE ORIGEM:** 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL/PE**APELANTE:** DIOCLÉCIO JOSÉ DE SOUZA**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. ANDREA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. LATROCÍNIO TENTADO. DESCLASSIFICAÇÃO. VÍTIMA LESIONADA. DESCABIMENTO. CONFISSÃO JUDICIAL. DOSIMETRIA. ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. PROVIMENTO PARCIAL.

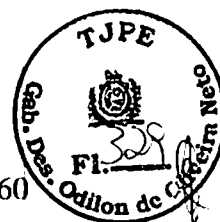
1. O latrocínio se perfaz na hipótese de forma qualificada do crime de roubo que se dá pelo resultado morte, sendo plenamente possível a ocorrência de latrocínio em sua forma tentada, resultando lesão corporal grave, se a intenção do agente foi investir contra a vida da vítima.
2. Não merece amparo a tese de desclassificação para a segunda parte do §3º do art. 157, CP, uma vez que restou demonstrado através do conjunto probatório o dolo do agente, inclusive porque confessou o crime.
3. Redução da reprimenda.
4. Apelação provida em parte. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal de **n.º 0344056-6** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta data, **por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0033900-40.2011.8.17.0001 (0344056-6)

JUÍZO DE ORIGEM: 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL/PE

APELANTE: DIOCLÉCIO JOSÉ DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. ANDREA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por Dioclécio José de Souza condenado à pena de **16 anos de reclusão a serem cumpridos inicialmente em regime fechado, bem como ao pagamento de 100 dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art.157, §3º, segunda parte, c/c com o art. 14, II, ambos do Código Penal tendo como vítima sobrevivente Carlos Alberto Felipe de Aguiar.**

Consta na denúncia que no dia 15 de junho de 2011, na Av. João de Barros, bairro do Espinheiro, na cidade do Recife, o denunciado **mediante grave ameaça exercida com o uso de uma faca, tentou subtrair da vítima um aparelho celular, somente não conseguindo o seu desiderato diante da reação da vítima, passando, então o apelante, a desferir golpes de faca contra as costas e abdômen da mesma, causando-lhe as lesões graves descritas no prontuário médico acostado às fls. 203/214.**

Inferese ainda que o apelante não conseguiu prosseguir com o seu intento contra a vítima graças à intervenção de populares, razão pela qual foi preso em flagrante delito.

Inconformado, o apelante interpôs recurso de apelo (fls. 259/268), em que pretende a reforma do comando sentencial, alegando, primeiramente, que deveria haver a desclassificação para a primeira parte do § 3º do art. 157 do CP, bem como requer seja revista a dosimetria da pena imposta.

Nas contrarrazões apresentadas pelo *Parquet* às fls. 305/308, este pugnou pelo desprovimento do apelo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

Às fls. 324/326, ofertou a Procuradoria de Justiça parecer **opinando pelo PROVIMENTO PARCIAL DO APELO, apenas para reduzir a pena base aplicada.**

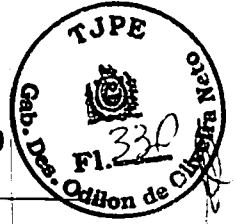


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512



Eis o sucinto relatório.

À douta revisão.

Recife, 01 de SETEMBRO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



340

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0033900-40.2011.8.17.0001 (0344056-6)

JUÍZO DE ORIGEM: 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL/PE

APELANTE: DIOCLÉCIO JOSÉ DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. ANDREA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

VOTO

Conforme relatado, cuida-se de apelação criminal interposta por Dioclécio José da Silva contra sentença proferida pelo MM Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Capital, que o condenou à pena de 16 anos de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente fechado, bem como ao pagamento de 100 dias-multa, pela prática do crime previsto no art.157, §3º, parte final, c/c com o art.14, II, ambos do Código Penal, tendo como vítima sobrevivente Carlos Alberto Felipe de Aguiar.

Nas suas razões recursais, sustenta o apelante que a vítima não faleceu, bem como não foi acostado aos autos laudo pericial informando o grau das lesões sofridas por aquela, razão pela qual deveria haver a desclassificação do tipo penal para o previsto na primeira parte do § 3º do art. 157 do CP. Subsidiariamente, requer seja revista a dosimetria da pena fixada, para que seja aplicada a pena mínima.

Inicialmente, quanto à alegação de que inexistente nos autos laudo de perícia traumatológica, verifico que **o prontuário médico fornecido pelo médico Diretor do Hospital da Restauração, fornece as informações necessárias ao esclarecimento sobre o estado de saúde da vítima após as investidas do apelante.**

No referido documento (fls. 203/214) consta que a vítima deu entrada naquele nosocômio às 10h do dia 15/06/2011, com alta médica no dia 18/06/2011 com queixa de agressão com faca após assalto; demonstra que o tratamento inicial recomendado foi "drenagem torácica com selo d'água de hemitórax direito"; que a vítima sofreu "3 lesões em dorso e axila esquerda"; que o paciente queixava-se de dor ao respirar; que foi necessária sutura, fisioterapia respiratória, etc.

Com efeito, a gravidade das lesões causadas pelo apelante está plenamente demonstrada no prontuário médico constante dos autos, bem como indica a intenção do agente ao atentar contra a vida da vítima, que estava desarmada.



341

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Ademais, para que reste caracterizado o crime de latrocínio não é necessário aferir com exatidão o grau das lesões sofridas pela vítima, bastando que reste caracterizada a intenção do autor do fato, com o claro intuito de matá-la, tal como ocorrera no caso em tela, não atingindo o resultado por circunstâncias alheias à sua vontade.

Assim, não há que se falar em desclassificação do delito, mormente porque o apelante não nega que abordou a vítima para subtrair-lhe os pertences, nem que a esfaqueou.

Passando a analisar a dosimetria da pena, tenho que a súplica merece ser acolhida em parte. Vejamos.

O magistrado sentenciante condenou o apelante por tentativa de latrocínio na segunda parte do §3º do art. 157 do CP, cuja pena mínima é de 20 anos de reclusão. Ao proceder com a análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, o julgador se pronunciou nos seguintes termos:

"A culpabilidade do réu foi intensa, sendo o mesmo primário, embora respondendo a mais duas ações penais, inclusive uma na 1ª Vara do Tribunal do Júri, conforme citado na fase da fundamentação. A personalidade do réu é reveladora de reduzido senso ético-social, e de alta periculosidade, pois não havia motivos que justificassem trilhar o caminho da criminalidade. Ausentes notícias quanto à conduta social do mesmo. O motivo do crime é a vontade de adquirir bens que sua condição financeira não permite, ou, ainda, uma aventura criminoso, fato que, em regra, tem levado jovens das classes sociais A, B, C, D, e E ao mundo do crime. As circunstâncias demonstram a certeza da impunidade, agindo durante o dia, agredindo a vítima com instrumento perfuro-contundente, na presença de transeuntes, sem medo de qualquer reação das forças de segurança do Estado. As consequências do crime foram graves, haja vista a lesão sofrida pela vítima (...). Por sua vez, a vítima não deu causa ao fato delituoso".

Ao assim proceder, fixou um aumento de 5 anos à pena mínima prevista, resultando em 25 anos a pena-base do apelante.

Na segunda fase da dosimetria, aplicou o MM Juiz *a quo* a circunstância atenuante da confissão espontânea prevista no art. 65, I do Código Penal, declarada pelo réu, além da atenuante da menoridade relativa contida no art. 65, III, "d" do CP, reduzindo a pena-base em 1 ano.

Na terceira fase da aplicação da pena, o magistrado sentenciante aplicou a causa de diminuição de pena prevista no art. 14, II do CP (tentativa



342

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

criminosa), observando o *iter criminis* percorrido pelo acusado na ação delituosa, pelo que reduziu em 1/3 a pena, fixando-a definitivamente em 16 anos de reclusão.

Embora a tarefa de analisar as circunstâncias judiciais deva ser regrada, certo é que recebe certa carga de subjetividade por parte do julgador sentenciante, de modo que entendo que o aumento de 5 anos à pena-base mostrou-se exacerbado, razão pela qual passo a uma nova análise das mencionadas circunstâncias judiciais.

- a) Culpabilidade: o magistrado singular considerou a "culpabilidade intensa do réu", porque o mesmo responde a outras duas ações penais. Embora este seja um fator em desfavor do réu, não significa que haja condenação por outros crimes, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência;
- b) **Circunstâncias do crime:** são **desfavoráveis**, demonstram a ousadia e periculosidade do réu, ao abordar a vítima em rua bastante movimentada, durante o dia;
- c) Personalidade: tenho que a avaliação da personalidade do réu pelo magistrado foi equivocada, vez que faz referência ao livre arbítrio do réu;
- d) Conduta social: Não há elementos nos autos que possibilitem valorar a personalidade e a conduta social do agente, visto que a valoração negativa dessas circunstâncias judiciais deve encontrar respaldo em fatos concretos;
- e) Motivos: são inerentes ao tipo, vez que os delitos contra o patrimônio são motivados pela busca ao lucro fácil;
- f) Consequências do crime: são inerentes ao tipo, porque as lesões sofridas pela vítima integram a própria elementar da segunda parte do §3º do art. 157;
- g) Comportamento da vítima: não pode ser desfavorável, pois esta em nada contribuiu para o ocorrido.

Assim, entendo que apenas deve prevalecer apenas 1 circunstância judicial como desfavorável ao réu, razão pela qual **fixo a pena base em 21 anos de reclusão.**

Passando-se à segunda fase da dosimetria, aplico as circunstâncias atenuantes da confissão espontânea e da menoridade relativa no mesmo patamar fixado pelo magistrado de piso, reduzindo em 1 ano a pena, passando-se para 20 anos de reclusão.



343

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Por fim, incidindo a causa de diminuição de pena do art. 14, III, CP, impõe-se a redução em 1/3 da pena, conforme o comando sentencial, fixando a pena definitivamente em 13 anos e 4 meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Quanto à condenação pelos dias-multa, resta reduzida proporcionalmente à pena privativa de liberdade, pelo que fixo a condenação em 83 dias-multa, sendo mantido o valor dos dias-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.

Diante do exposto e filiando-me ao entendimento da Douta Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO** de apelação interposto para que seja reduzida a pena para **13 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, bem como ao pagamento de 83 dias-multa.**

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



Apelação n.º 0344056-6 – 11ª Vara Criminal de Recife

Apelante(s): Dioclécio José de Souza
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª. Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Dioclécio José de Souza contra sentença que o condenou pela prática do crime previsto no art. 157, §3º, segunda parte, c/c art. 14, II, do Código Penal, ao cumprimento de uma pena de 16 (dezesseis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e ao pagamento de 100 (cem) dias-multa.

A apelante alega, em síntese, que não consta nos autos laudo pericial informando o tipo de lesão sofrida pela vítima e que não tendo a mesma falecido, a condenação deveria ser pela primeira parte do §3º do art. 157 do Código Penal. Afirma, ainda, que é primário, sendo a pena exacerbada.

Pois bem.

Entendo que a inexistência de laudo pericial informando se a lesão sofrida pela vítima foi leve ou grave em nada afeta a materialidade do delito e sua tipificação penal, visto que constam, às fls. 203/213, cópia do prontuário do paciente fornecido pelo Diretor do Hospital da Restauração, e de sua evolução clínica, constando que a vítima sofreu três lesões por arma branca (faca) nas regiões da axila posterior de hemitórax, dorso superior do hemitórax e região periaxilar direita.

Vê-se, pois, que o apelante no momento em que procedeu com a tentativa de roubo, que restou infrutífera ante a reação da vítima, desferiu três golpes de faca contra a mesma, não havendo dúvidas quanto à prática do crime de latrocínio tentado.

Verificando-se o *animus necandi*, não sobrevivendo o evento morte em decorrência de circunstância alheia à vontade do agente, como aproximação de terceiros, entre outras, configura-se o latrocínio. Na espécie, tenho como certo que o apelante agiu com dolo, ao menos eventual, eis que desferiu três golpes na vítima em regiões de grande letalidade que, por sorte da intervenção de populares e de ter sido prontamente socorrida por terceiros sobreviveu.

Evidente que em tais circunstâncias o apelante se revestiu do dolo de matar.

Desse modo, em que pese o apelante negar o *animus necandi*, a versão apresentada pela vítima e testemunhas, narrando todo o *modus operandi* do delito, evidenciam o intento homicida por parte do mesmo, uma vez que o resultado morte era totalmente previsível, somente não se consumando por circunstâncias alheias.

Corroborando com o exposto, cumpre transcrever o seguinte julgado desta Corte:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação n.º 0344056-6 – 11ª Vara Criminal de Recife

"CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DA SENTENÇA. EMENDATIO LIBELLI OPERADA CORRETAMENTE PELO JUÍZO SENTENCIANTE. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. FATOS DESCRITOS NA DENÚNCIA SUFICIENTES À DESCLASSIFICAÇÃO DE ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO TENTADO PARA LATROCÍNIO TENTADO. DOSIMETRIA. INVERSÃO DO SISTEMA TRIFÁSICO. NECESSIDADE DE CORREÇÃO POR ESTA CORTE. NOVA DOSIMETRIA, QUE IMPORTA EM BENEFICIAR O RÉU EM RELAÇÃO AO QUANTUM DA PENA DE MULTA APLICADA. HABEAS CORPUS CONHECIDO E PARCIALMENTE CONCEDIDO. DECISÃO UNÂNIME. I - Se contém a denúncia as elementares suficientes tanto ao dolo de subtrair coisas alheias, como ao de causar o resultado morte, sendo este último aspecto extraído dos disparos efetuados pelo próprio paciente quando em luta corporal com o cobrador, além dos efetuados pelo seu comparsa, na tentativa de alvejar, quiçá fatalmente, o motorista do ônibus, é possível concluir, nos limites do art. 383 do CPP, pela *emendatio libelli*, como acertadamente o fez a sentença guerreada. Outrossim, o resultado morte, previsto e eventualmente querido pelo emprego efetivo de arma de fogo, é atribuível a ambos os participantes na atividade criminosa. Precedentes. II - Simples corrigenda - *emendatio libelli* - feita pelo julgado, dando ao fato definição jurídica diversa da contida na denúncia, não torna necessário provocar manifestação da defesa. Inexiste cerceamento. Precedentes. III - A inversão do sistema trifásico, como o fez a sentença guerreada, antecipando a terceira fase para momento anterior à segunda, torna imperiosa a necessidade de, nesse quesito, corrigi-la. IV - Se a correção do julgado importa em situação mais gravosa para o réu, no tocante à pena reclusiva, pois a ora estabelecida excedeu em 10 (dez) dias o quantum fixado na sentença, em face da impossibilidade da *reformatio in pejus*, deixa-se de aplicar a nova pena, permanecendo LEANDRO BARBOSA PEREIRA condenado à pena de 13 (treze) anos de reclusão. V - Em relação à pena de multa, deve o novo patamar ser aplicado em 30 (trinta) dias-multa, à proporção de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato. Situação que beneficia o réu. VI - Habeas Corpus parcialmente concedido, para, corrigindo a dosimetria, reduzir a pena de multa imposta ao paciente. Decisão unânime." (TJPE, Habeas Corpus nº 163175-4, 2ª Câmara Criminal, Rel. Des. Helena Caúla Reis, j. 13.02.2008)

Passo à análise do pleito subsidiário relativo à dosimetria da pena.

Entendo que o MM. Juiz reconheceu adequadamente que inexistem elementos para aferir adequadamente a conduta social do réu e que, embora responda a outras ações penais, é primário, tendo em vista a ausência de sentença condenatória transitada em julgado, não se podendo considerar como tal ação penal andamento.

Este entendimento, inclusive, encontra-se contido na súmula nº 444 do Superior Tribunal de Justiça que fixa que: "é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base."

Também fundamentou adequadamente as circunstâncias do crime como desfavoráveis, visto que agiu em local de grande movimentação, durante o dia, atentando contra a vida da vítima com instrumento perfuro cortante na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação n.º 0344056-6 – 11ª Vara Criminal de Recife

presença de inúmeros transeuntes, que também poderiam ter sido atingidos pela sua fúria.

No entanto, considerou acentuada a culpabilidade do apelante, pelo simples fato de ter agido com dolo intenso, afirmou que a personalidade é negativa, pois não havia justificativa para entrar na criminalidade, e que os motivos são injustificáveis, pois buscou adquirir bens que sua condição financeira não permitia, elementos estes que se mostram ínsitos ao tipo penal, não podendo tais circunstâncias serem valoradas em desfavor do apelante.

Entendo, ainda, que as consequências do delito, tendo em mente as lesões sofridas pela vítima, são inerentes ao tipo, não podendo ser consideradas graves.

Assim, entendendo-se que o Juiz tem poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o *caput* do art. 59 do Código Penal estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais, e, tendo em vista que o §3º, segunda parte, do art. 157 do Código Penal prevê a fixação da pena-base entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos de reclusão, constando uma circunstância judicial desfavorável ao apelante, entendo que a pena-base deve ser fixada um pouco acima do mínimo legal em 21 (vinte e um) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria, tendo em vista a presença da atenuante de menoridade (art. 65, I, CP), mantenho a redução da pena em 01 (um) ano pelo que a mesma resta fixada em 20 (vinte) anos de reclusão.

Na terceira fase da dosimetria, tendo em vista a causa de diminuição decorrente da tentativa (art. 14, II, CP), entendo que deve ser mantida a fração de 1/3 (um terço) aplicada na sentença, visto que a vítima chegou a ser atingida com três golpes de faca, razão pela qual a pena resta definitivamente fixada em 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado.

Mostra-se cabível a redução da pena de multa proporcionalmente a pena privativa de liberdade pelo que a mesma resta fixada em 83 (oitenta e três) dias-multa, sendo mantido valor de cada dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

Ante o exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo para, mantida a condenação, reduzir a pena para 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 83 (oitenta e três) dias-multa.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor